



A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS E A RELAÇÃO COM SUA POLÍTICA EXTERNA.

Euller da Silva Faria ¹
Vinicius Modolo Teixeira ²

RESUMO

Após a Guerra Fria, os Estados Unidos se estabeleceram como potência mundial, atuando no sistema internacional de maneira mais intensa. Contudo, após a queda da União Soviética e a ascensão de outros agentes capazes de contestar a influência dos EUA no globo, as estratégias de política externa estadunidense tiveram que se moldar a nova realidade. As gestões presidenciais dos EUA desde George W. Bush até a de Joe Biden, apresentaram diferentes desafios para as gestões de cada um dos governos em questão, influenciando a forma como as estratégias de segurança nacional e a política externa era colocada em prática. Esse trabalho busca compreender a atuação dos Estados Unidos do globo, através de uma série de documentos produzidos pelo poder executivo dos EUA chamados *National Security Strategy*, que delimitam as intenções da gestão presidencial no poder. Através desses documentos busca-se analisar a maneira como a política externa dos EUA se manifesta em sua política de segurança nacional, realizando paralelos com as ações de cada uma das gestões em questão.

Palavras-chave: Estados Unidos; Geopolítica; *National Security Strategy*; Política Externa.

ABSTRACT

After the Cold War, the United States established itself as a global power, playing a more active role in the international system. However, following the collapse of the Soviet Union and the rise of other actors capable of challenging U.S. influence around the world, American foreign policy strategies had to adapt to the new reality. The U.S. presidential administrations from George W. Bush to Joe Biden faced distinct challenges that shaped how each government implemented national security strategies and conducted foreign policy. This study seeks to understand the role of the United States in the global arena through an analysis of a series of documents produced by the U.S. executive branch known as the *National Security Strategy*, which outline the intentions of the presidential administration in power. Through these documents, the research aims to analyze how U.S. foreign policy is expressed in its national security policy, drawing parallels with the actions taken by each administration under consideration.

Keywords: *United States; Geopolitics; National Security Strategy; Foreign Policy.*

¹ Mestrando pelo programa de Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus universitário de Cáceres - MT, euller.faria@unemat.br;

² Professor adjunto do curso de geografia da UNEMAT – Campus Sinop (MT) e da Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), UNEMAT – campus de Cáceres (MT) e Doutor em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – São Paulo (SP), vinicius.teixeira@unemat.br.



INTRODUÇÃO

Após o período da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) se estabeleceram como potência hegemônica mundial, reorganizando a estrutura de poder internacional, moldando a ordem mundial que antes era bipolar, para um unipolar (Teixeira, 2020). Dessa maneira, os EUA realizaram uma série de movimentações visando garantir a sua liderança no sistema internacional, permitindo ao país reger os rumos do cenário geopolítico, de acordo com os seus próprios interesses (Bandeira, 2013).

O então secretário de defesa do governo George H. W. Bush, Dick Cheney, publicou em 1992, um documento que determinava que o país deveria agir de maneira a não permitir a ascensão de novos rivais na Europa, Ásia e nos territórios da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), reforçando ainda mais a posição do país norte americano de manutenção de sua influência (Bandeira, 2013).

A atuação dos EUA no sistema internacional de forma intervencionista possui raízes ainda no final do século XIX, como aponta Tosta (1984), destacando que as ideias como de Alfred Tayer Mahan, responsável por sistematizar a teoria do Poder Marítimo, tiveram grande influência na política externa do país norte americano, como é o caso da conquista dos arquipélagos do Havaí e das Filipinas e claro, a construção do canal do Panamá, que garantiriam aos EUA sua capacidade de Poder Marítimo.

Assim como a teoria do poder terrestre, que através da geoestratégia da contenção de Spykman (2020), destaca a importância da manutenção da presença do país norte americano na Europa, com o objetivo de não permitir a ascensão de um poder contestador na região, delimitada como Rimland pelo autor.

A teoria dos Balcãs Euroasiáticos, descrita por Brzezinsky (1997), delimitava uma região que englobava as antigas repúblicas soviéticas do Cáucaso e da Ásia Central, que poderiam ser mais facilmente desestabilizados, como destaca Korybko (2018), permitindo aos EUA manter sua influência no continente Euroasiático, compondo, como o autor destaca, uma parte importante das estratégias empregadas para a manutenção da influência dos Estados Unidos na região.

A maneira como o país norte americano atua no cenário geopolítico mundial demonstra a natureza de sua política externa, que, como é possível ser observado nas perspectivas de Spykman (2020), apontam não somente seu caráter intervencionista, como o vínculo de sua perspectiva de segurança nacional com a necessidade de ações no sistema internacional.



Dessa maneira, a análise de documentos como as publicações do *National Security Strategy*, se tornam extremamente importantes para a compreensão da política externa do país e seu *modus operandi*. Dessa forma, observando a documentação é possível realizar paralelos com as ações dos Estados durante as gestões do presidente George W. Bush até o presidente Joe Biden. O objetivo deste trabalho é observar, nestas gestões, a atuação dos EUA no cenário geopolítico global e compreender as medidas aplicadas, das mais brandas as mais agressivas, do governo estadunidense no cenário Geopolítico, utilizando esses documentos como base da análise.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados se baseiam na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental. A primeira, assim como descreve Gil (1989), demonstra ser vantajosa justamente por permitir a coleta de dados de fenômenos muito mais amplos do que os possíveis de serem analisados diretamente, sendo este o caso da pesquisa em questão, principalmente considerando a escala de análise do tema tratado, que possui um escopo internacional. Outro fator importante destacado pelo autor, que reforça a utilização deste procedimento para esta pesquisa, é a necessidade de analisar fatos históricos que, muitas vezes, só podem ser acessados através de bibliografia, dessa maneira, a pesquisa bibliográfica se torna indispensável para as discussões deste trabalho. Já a pesquisa documental, como o próprio autor destaca, possui as mesmas vantagens que a pesquisa bibliográfica, com o segundo diferindo do primeiro apenas no material de análise.

As fontes utilizadas foram retiradas de livros, artigos científicos e matérias de jornais, que embasarão a pesquisa realizada, estes materiais são respectivos as áreas de ciências políticas, geografia política, geopolítica e relações internacionais, que tratem sobre temas relacionados a atuação dos EUA no sistema internacional e suas práticas intervencionistas pelo globo, tratando da formação dos Estados Unidos e de sua política externa, assim como das ações do país no cenário geopolítico atual.

Além dos materiais que destacam as teorias geopolíticas e questões epistemológicas importantes, houve um maior foco em produções que fizessem análises dos períodos de gestão de quatro presidentes estadunidenses, sendo eles: George W. Bush; Barack O'Bama; Donald Trump; Joe Biden. Também foram analisados os documentos chamados de *National Security Strategy*, especificamente os produzidos nos seguintes anos: 2002; 2006; 2010; 2015; 2017; 2022. Estes documentos são produzidos pelo poder executivo dos EUA a cada nova gestão



presidencial, destacando os planos dos presidentes no poder em relação a política de segurança nacional do país. Neste caso, assim como nas fontes bibliográficas, foram analisados os documentos relativos as quatro gestões já citadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Relações Internacionais têm como objeto de estudo os atores, os fenômenos e acontecimentos presentes no sistema internacional, além das consideradas “fronteiras domésticas” (Pecequillo, 2010). Dessa maneira, duas correntes teóricas ganham força dentro das teorias das Relações Internacionais clássicas, sendo elas as correntes liberal e realista (Teixeira, 2020). Castro (2012) descreve que a principal tese da linha de pensamento realista é que o sistema internacional se baseia na desigualdade, na incerteza e na assimetria de informações, justamente por conta do relacionamento desigual entre os Estados e atores não estatais.

Dessa forma, existem três elementos que influenciam as relações no cenário geopolítico: O poder, a força e o interesse (Castro, 2012). O último desses elementos, o interesse, é um grande gerador de debates sobre a lógica do interesse nacional, interesse coletivo e interesse hegemônico, inseridos no sistema internacional (Castro, 2012). Essa corrente compreende que o sistema internacional permanece em um estado de anarquia, já que não existe uma força superior que regula as relações dos Estados (Teixeira, 2020). Dessa maneira, as partes formadoras desse sistema enxergam umas às outras como ameaças ou ameaças em potencial (Teixeira, 2020).

Em consequência disso, os Estados acabam optando por abordagens voltadas para o “[...] militarismo, pela geoestratégia de defesa e manobra e pela lógica da conquista como eixos fundamentais, tanto sob o ponto de vista explicativo, descritivo, prescritivo e de previsão” (Castro, 2012, p. 319). Essa perspectiva eleva o Estado como o principal ator no sistema internacional (Castro, 2012, Teixeira, 2020). Assim, a corrente realista interpreta que nas Relações Internacionais “Os conteúdos de moralidade e ética são de cunho abstrato para o tomador de decisão do Estado bem como podem assumir caráter de flexibilidade quando aplicados em casos concretos” (Castro, 2012, p. 319).

A corrente realista visa analisar o sistema internacional partindo dos meios que os Estados possuem a sua disposição para a garantia de sua sobrevivência (Nogueira e Mesari, 2005). Essa perspectiva se deve à maneira como o início da Segunda Guerra demonstrou a vitória da lógica de sobrevivência dos Estados, alimentando um debate entre duas perspectivas que englobavam as lógicas do que o sistema internacional era e aquilo que ele deveria ser



(Nogueira e Mesari, 2005). Assim, a corrente idealista pode ser caracterizada pela lógica de autonomia pessoal, balanceada pela lógica de mercado, que empreendia a lógica do equilíbrio e do bem coletivo (Teixeira, 2020).

Dessa maneira, como destaca Teixeira (2020), a perspectiva da centralidade do Estado nas relações internacionais passou a ser questionada, destoando com o pensamento da corrente realista: Enquanto o realismo – em sentido amplo – advoga centralidade no e para o Estado, o liberalismo não desconsidera a importância do Leviatã, porém, enxerga outras forças pulverizadas juridicamente guiadas no interior e no exterior dos Estados que possuem papel legitimante nas Relações Internacionais (Castro, 2012, p.340).

Dessa forma, com o surgimento de blocos econômicos, a promoção do livre mercado, o surgimento de espaços para negociação e relações econômicas entre os Estados, fortaleceriam as ideias de cooperação e crença nas instituições como suas promotoras (Teixeira, 2020). Contudo, mesmo que essas discussões tenham propiciado outras concepções, suas perspectivas nucleares permaneceram (Teixeira, 2020).

Por sua vez, a Guerra sofreu, com o passar do tempo, uma série de transformações acarretadas pelo avanço tecnológico e do sistema de mercado, elementos que influenciaram intensamente as formas de perpetuação dos conflitos, enquanto as maneiras clássicas de confrontação se tornaram inviáveis (Cabrita, 2019).

Assim como as próprias mudanças do cenário geopolítico mundial no pós Guerra Fria, contribuíram com a evolução dos conflitos entre as grandes potências, moldando o *modus operandi* da Guerra por conta da criação de armas de destruição em massa e a ascensão de um mundo multipolar, inviabilizando as formas clássicas de confrontação (Hoffman, 2007, Korybko, 2018).

Clausewitz (1780 a 1831) viu a guerra de maneira distinta da que existe contemporaneamente, considerando os avanços tecnológicos e os novos arranjos do sistema internacional, apesar disso, suas perspectivas permanecem relevantes para o debate sobre o funcionamento da guerra, mesmo que embasadas em suas observações durante as guerras napoleônicas, que não deixaram, é claro, de serem frutos de seu tempo (Hoffman, 2007, Visacro, 2018, Cabrita, 2019).

As observações de Clausewitz ficariam conhecidas como Paradigma Clausewitziano da Guerra Clássica, seus postulados, mesmo que antigos, permaneceram como um dos principais escopos de estudo da guerra (Pimentel e Neto, 2014). Isso ocorre justamente por seu livro, *Von Krieg* (Da Guerra), não trazer apenas discussões filosóficas quanto ao conceito de guerra, mas também, descrever estratégias de doutrina militar, expandindo a sua discussão para



uma dimensão prática, elemento esse que evidência o sucesso dos escritos do general prussiano no meio militar (Luiz, 2014).

A concepção de Clausewitz entende a guerra como uma continuação da política através de outros meios, um duelo em grande escala entre dois Estados distintos (Luiz, 2014). O papel do Estado na perspectiva de Clausewitz é central, afinal, é justamente a partir da atuação dos exércitos nacionais que o general prussiano sistematiza sua análise, já que no início do século XIX, as guerras se limitavam a utilização do poderio bélico e militar dos Estados estabelecidos no Tratado de Vestfália, em 1648 (Pimentel e Neto, 2014).

É a partir dessa perspectiva que Clausewitz centraliza a participação do Estado, considerando que o êxito da aplicação do poderio bélico está na obtenção de objetivos nacionais anteriormente estabelecidos na política de Estado, garantindo enfim, o sucesso ou o fracasso de uma guerra, mais que os ganhos táticos obtidos durante a batalha (Visacro, 2018). Assim, a obtenção da vitória em campo de batalha se daria apenas na destruição das forças armadas do inimigo, sendo esse o objetivo máximo da guerra, maior que qualquer outro objetivo existente (Clausewitz, 2010, Pimentel e Neto, 2014).

Dessa maneira, “Um dos possíveis objetivos das guerras era negociar termos de paz numa situação favorável, e a mais favorável delas é a destruição dos meios bélicos do inimigo (Pimentel e Neto, 2014, p.177)”. Assim, prevaleceria por fim, a destruição da capacidade bélica do adversário como principal objetivo a ser alcançando (Clausewitz, 2010).

É considerando isso que a batalha, para Clausewitz, seria a única maneira de se travar uma guerra, existindo objetivos principais e secundários para serem obtidos durante o conflito, sendo a destruição das forças armadas do inimigo o objetivo principal e os secundários seriam elementos como ganhar tempo, assegurar acesso a determinadas áreas ou estruturas, sendo todos estes fatores, indissociavelmente vinculados a assuntos político-militares (Pimentel e Neto, 2014). Porém, a obra de Clausewitz não deixa de ser um produto de seu tempo, apesar de sua relevância (Visacro, 2018). O próprio Clausewitz destaca a mutabilidade da guerra, já que ela pode ser [...] qualquer coisa que será ora mais, ora menos a guerra (Clausewitz, 2010, p.832)”.

Assim, é correto observar que o conceito construído pelo general prussiano possui limitações: Embora tenha sido imortalizado por seu legado intelectual, não deixou de ser um produto de seu próprio tempo e das mudanças que se processavam à sua época. Sua visão abstrata da guerra foi influenciada sobremaneira pelo cataclismo provocado pelas forças políticas e sociais que emergiram da Revolução Francesa e, em especial, pelo profundo impacto do gênio de Napoleão Bonaparte sobre a conduta da guerra pré-industrial (Visacro, 2018, p.29).



A partir do século XX já existiam elementos estranhos ao paradigma Clausewitziano, como a exploração midiática da Guerra do Vietnam, os movimentos de guerrilhas separatistas, insurgências islâmicas, forças irregulares de oposição ao Estado na Colômbia, a transmissão em tempo real de imagens do teatro de operações da primeira guerra do Golfo em 1991, o genocídio nos Bálcãs e a criação do Tribunal Penal Internacional, que já se demonstravam elementos distintos aos estabelecidos por Clausewitz (Pimentel e Neto, 2014).

Esses elementos reforçam a possibilidade do surgimento de fatores que ultrapassem, ou que se diferenciem, daqueles apontados nos postulados de Clausewitz, principalmente quando se considera as transformações que o sistema internacional contemporâneo sofreu e o desenvolvimento tecnológico, que propiciaram a criação de novas táticas de confrontação (Lind et al., 1989, Hoffman, 2007, Korybko, 2018). É a partir dessa perspectiva que surgem teorias como as Guerras Geracionais, cuja a análise busca demonstrar o *modus operandi* dos conflitos modernos, considerando as mudanças do cenário geopolítico com o passar do tempo, compreendendo que desde o século XVIII, é possível diferenciar os conflitos em três grandes gerações distintas, contendo cada uma delas, três grandes divisores de águas que as demarcaram (Lind et al., 1989).

A primeira geração de guerras seria aquela que [...] dispunha as forças militares de dois países em linha, com rígida hierarquia e disciplina, manobras militares a pé, combates corpo-a-corpo e reduzido alcance das armas de fogo (Pimentel e Neto, 2015, p. 178)”. A capacidade logística desses conflitos era limitada e realizada em blocos (não atuando de maneira fracionada), dificultando a realização de manobras, mas maximizando o poder de fogo (Cabrita, 2019).

Essa característica se dá pelo funcionamento das armas de fogo da época, os mosquetes de alma lisa exigiam uma organização das forças militares em linhas e colunas, para maximizar o poder de fogo e gerar uma maior cadência de tiro (Lind et al., 1989). Outra mudança significativa nesse período foi a adoção de forças militares nacionais, já que até então a utilização de mercenários era uma prática muito comum em conflitos, elemento esse que mudou a partir dessa geração de guerras (Cabrita, 2019). A substituição dos mosquetes de alma lisa para os mosquetes estriados alterou profundamente as táticas aplicadas na primeira geração de conflitos, já que essa troca tornou parte dessas práticas obsoletas, como destaca Lind et al. (1989).

A segunda geração de conflitos foi uma resposta a utilização de mosquetes estriados, armas de retrocarga, arame farpado, metralhadoras e fogo indireto, com a utilização de táticas que se baseavam em disparar e se movimentar, mantendo táticas lineares, de forma que a defesa



evitava o máximo de penetração inimiga, enquanto o ataque se utilizava de uma linha lateral de pequenos grupos que avançavam em direção ao alvo (Lind et al., 1989). As ideias foram, como destaca Lind et al. (1989), o motor de transformação entre a primeira e a segunda geração de conflitos, como a tática de dispersão lateral por exemplo. Mas foi a tecnologia a principal força motriz da mudança da segunda geração.

A utilização de tropas aerotransportáveis e anfíbias, com alta mobilidade, são elementos característicos das guerras de terceira geração (Pimentel e Neto, 2014). Os alemães, observando que não seriam capazes de se equiparar tecnologicamente aos seus inimigos em uma confrontação material (considerando os processos históricos que envolveram a Alemanha após a primeira guerra), desenvolveram táticas de batalha focadas em manobrabilidade mais do que em atrito de tropas, criando táticas verdadeiramente não lineares, como é o caso do *Blitzkrieg* (Lind et al., 1989).

Assim, a 4ª Geração de guerras poderia ser caracterizada pela perda de monopólio estatal sobre a guerra (Cabrita, 2019). Dessa maneira, essa geração de conflitos quebraria com a perspectiva de um duelo entre dois Estados, desenvolvida por Clausewitz (Clausewitz, 2010, Pimentel e Neto, 2014). Alguns elementos podem ser considerados como centrais para a perspectiva das guerras de 4ª Geração, sendo elas: A Descentralização do papel do Estado nas Guerras; A dificuldade de diferenciação entre as fronteiras entre paz e guerra; A não diferenciação entre civis e militares (Lind et al., 1989). Esse tipo de conflito não teria como objetivo a eliminação das capacidades do inimigo, mas sim, de destruir o inimigo de dentro para fora, atingindo o apoio da população ao governo e até a própria cultura do adversário (Lind et al., 1989).

Dessa maneira, são as novas formas de confrontação e a complexificação do cenário internacional que influenciam a política externa dos EUA, de maneira a moldar a atuação estadunidense, pautando-a em uma perspectiva, hora mais branda, hora mais agressiva, intervencionista, utilizando de sua capacidade bélica e econômica, para influenciar direta e indiretamente, as questões da geopolítica mundial nas diversas partes do globo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o período da Guerra Fria, a política externa estadunidense passou por um processo de reavaliação, já que desde o fim da Segunda Guerra, a União Soviética era o principal rival geopolítico dos EUA (Júnior e Duarte, 2003). Até então, como destaca o autor, o foco estava no combate as forças socialistas do bloco soviético, reforçando a atuação estadunidense nas



regiões da Europa Oriental e do extremo oriente, considerando que ali estariam os maiores riscos de confrontação.

Diferentemente dos momentos anteriores as Grandes Guerras, onde o foco de atuação estava no continente americano (Costa, 2016), a atenção se voltou, no período em questão, para a Europa e Ásia, com o objetivo de conter a influência da URSS, a cercando através de Organizações de Cooperação em Defesa (OCD's) e pactos bilaterais com outros países (Teixeira, 2020), como forma de perpetuar a Geoestratégia de Contenção de Spykman (2020), estabelecida através da teoria da Rimland.

Porém, com o fim da URSS e a transição de um momento de bipolaridade mundial para um de unipolaridade comandada pelos EUA, o governo estadunidense passou a tomar uma postura de atuação mais intensa no sistema internacional, de forma a garantir seus interesses pelo globo. A substituição de governos na Ásia Central como forma de obter acesso a reservas de combustíveis fósseis nos arredores do Mar Cáspio na década de 90, assim como a atuação em conflitos como a Guerra do Golfo, demonstram as ações dos EUA para manutenção de sua hegemonia internacional nesse período (Bandeira, 2013).

Contudo, após o 11 de Setembro, o discurso do então presidente George W. Bush tomou um teor antiterrorista muito forte, permitindo a utilização do atentado como justificativa para uma atuação mais intensa no sistema internacional. Como observa Ayerbe (2005), a atuação da gestão do então presidente Bush não foi uma reação, mas uma característica do governo da época, já que existia uma mudança de uma série de posicionamentos que, comparados com a gestão anterior, demonstravam, como explicita o autor, uma atuação mais agressiva, resultando no ataque ao Afeganistão e ao Iraque.

Dessa maneira, como destaca Ayerbe (2005), os atentados serviram apenas para reforçar a posição intervencionista da gestão Bush, que adotou, a partir de então, um discurso onde a promoção da liberdade e o combate contra o terrorismo global seriam os focos do governo. (Estados Unidos, 2002).

É no National Security Strategy de 2002 e de 2006, que essas intenções se mostram de maneira clara, afinal, a criação do MEPI (*Middle East Partnership*), como forma de apoiar dissidentes e reformistas de Estados tidos como não democráticos, assim como o apoio a governos democráticos “inexperientes”, foram importantes ferramentas do “combate” ao terrorismo global e a governos apoiadores, elementos previstos nos documentos em questão (Estados Unidos, 2002, Bandeira, 2013).

A própria caracterização dos grupos patrocinadores do terrorismo se demonstrava ambígua, facilitando a inclusão e exclusão de organizações e movimentos de interesse



conjuntural do país (Ayerbe, 2005). Porém, como destaca o autor, em um momento onde a Ordem Mundial partia de uma perspectiva unipolar para uma multipolar, com a ascensão de potências capazes de contestar a influência dos EUA no globo, a atuação da gestão Bush trouxe uma série de críticas quanto a forma de condução das relações externas do país, destacando o foco em *hard power*, enquanto o *soft power* se enfraquecia, através da atuação intervencionista estadunidense.

O discurso do fomento da liberdade, da livre iniciativa e da manutenção da dignidade humana, ou seja, dos valores estadunidenses, são muito frequentes nos documentos em questão, justificando a atuação em uma série de regiões diferentes pelo globo em nome da luta contra o terrorismo global (Estados Unidos, 2002). Esse discurso justifica a utilização da força contra grupos terroristas e Estados considerados “Páreas”, destacando ainda a possibilidade da busca, por parte desses agentes, por armas de destruição em massa, como apresenta o documento.

Já no caso do *National Security Strategy* de 2006, o discurso quanto a liberdade e a democracia, assim como o apoio ao livre mercado ainda são fortes, reiterando a necessidade de atuação no Oriente Médio e no combate ao terrorismo. Aqui cabe destacar que as mudanças causadas pela ascensão de um mundo multipolar impactou a maneira de atuação dos Estados Unidos, principalmente com a utilização de táticas de desestabilização indireta e de troca de regime (Korybko, 2018). No documento em questão são citados as trocas de regimes e a “democratização” de países como o Afeganistão e o Iraque, assim como as revoluções coloridas na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão, sendo estes exemplos tratados como “progressos da expansão da liberdade”.

As armas nucleares aparecem no *National Security Strategy* de 2002, porém, são mencionadas nesse primeiro momento por sua capacidade de deterrence e o perigo que poderiam representar caso caíssem nas mãos de Estados Párea e de organizações terroristas (Estados Unidos, 2002). Porém, no documento de 2006 existe um maior detalhamento sobre a questão das armas de destruição em massa, reiterando a necessidade de sanar as lacunas no tratado de não proliferação nuclear, lacunas essas que tratam da possibilidade de obtenção de material para a construção de ogivas, através de processos de enriquecimento para fins não bélicos, elemento esse que, de acordo com o documento, necessitava de maior fiscalização e da construção de um sistema seguro para a manutenção do acesso a esse tipo de material (Estados Unidos, 2006).

Os custos dos oito anos do gestão de George W. Bush e de sua Guerra ao Terror foram grandes: Problemas sociais se intensificando cada vez mais, um alto índice de desemprego, aumento de pessoas em situação de rua e crescimento da pobreza no país. Tudo isso enquanto



a Guerra do Afeganistão custou um montante de U\$800 bilhões, aumentando os custos da guerra a longo prazo, com estimativas de 1 a 2 Trilhões de dólares (Bandeira, 2013).

Com os problemas econômicos se aprofundando e a guerra do Afeganistão se arrastando, com soldados permanecendo em campo de batalha desde 2003 sofrendo grandes baixas, a gestão Bush não foi capaz de erradicar o terror e nem de trazer a paz mundial (Bandeira, 2013). Foi nesse contexto que Barack Obama disputou a presidência do país:

Em meio ao fracasso político, ao insucesso militar e à profunda crise econômica e financeira dos Estados Unidos, que se alastrava por todos os países, a eleição para a presidência de Barack Obama, um homem de cor, afro americano, para suceder o presidente George W. Bush, constituiu mais um sintoma do declínio político do Imperium Americanum, até então governado por uma elite White, Anglo-Saxon, Protestant (WASP), i.e., branca, anglo saxônica e protestante — a elite “loira, de olhos azuis” que sempre controlou o sistema financeiro e à qual o presidente Lula ironicamente se referiu como responsável pela débâcle da economia mundial. (Bandeira, 2013, p. 190).

O principal foco do governo de Barack Obama, explanados no *National Security Strategy* de 2010 era renovar a liderança global dos EUA. O foco na Ásia permaneceu, principalmente no Oriente Médio e na península coreana, o combate ao terrorismo global permaneceu relevante no documento, especificando os conflitos contra as organizações Al Qaeda e Talibã (Brigola, 2020).

O documento ainda cita o Paquistão e o Afeganistão como o centro das ameaças terroristas, enquanto o discurso sobre o Iraque se transformava, tratando sobre a devolução do país para os iraquianos (Estados Unidos, 2010, Brigola, 2020). A política de contenção das armas de destruição em massa, assim como o fortalecimento do multilateralismo através de organizações regionais e internacionais, a questão ambiental e o respeito aos direitos humanos, também são elementos citados (Estados Unidos, 2010).

A recuperação econômica pós crise de 2008 também se torna um foco da gestão Obama de acordo com o documento, pensando no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos (Brigola, 2020). O autor também argumenta que a mudança de foco do governo Obama sairia do Oriente Médio e seria realocada sobre a região Ásia-Pacífico, justamente pelo desenvolvimento econômico acelerado da região.

Uma abordagem mais branda que a de seu antecessor passou a ser a cara da gestão Obama. Até dezembro de 2011 o então presidente norte americano havia retirado todas as tropas do Iraque (não por escolha, já que a presença das tropas estrangeiras incitava cada vez mais oposição, o que poderia reacender as chamas da guerra na região, com a retirada só ocorrendo por conta da intensa atuação do aiatolá Ali al-Sistani e do clérigo Muqtada al-Sadr, sendo



grandes responsáveis pela retirada das tropas estadunidenses do território Iraquiano) (Bandeira, 2013).

Ainda condenou a ocupação da Cisjordânia por colonos Israelenses e declarou que nenhum país deveria ser forçado a escolher democracia, reiterando o não interesse no território, recursos e na obtenção de bases em terras Iraquianas (Bandeira, 2013). Os temas hemisféricos do documento ficaram focados na atuação no Oriente Médio e na região da Ásia-Pacífico, quanto ao continente Americano, pouco se fala sobre a atuação dos EUA nesse território, com questões como o Narcotráfico e a própria Venezuela não sendo citados diretamente, incluindo a América Latina apenas em perspectivas globais, mas não específicas para a região (Brigola, 2020).

A primeira citação ao Estado Islâmico foi realizada no documento, assim como o norte da África, decorrentes dos conflitos civis desencadeados pela Primavera Árabe (Brigola, 2020). O *National Security Strategy* de 2015 mantém boa parte das pautas levantadas no documento de 2010, mas a atenção dos EUA na Ásia aumenta, principalmente pela presença de atores como a Coreia do Norte. A China também é citada como uma possível aliada, principalmente em esforços de combate as mudanças climáticas, mas o documento estabelece um olhar apreensivo quanto ao desenvolvimento militar da China, reiterando o aumento da presença dos Estados Unidos na região (Estados Unidos, 2015).

Existe ainda, o foco na atuação no norte da África e no Oriente Médio, como forma de auxílio ao desenvolvimento da região, assim como o combate ao terrorismo global. Enquanto na Europa, o documento reforça a necessidade de maior cooperação através da OTAN e repreensão as agressões da Rússia, que ainda em 2014, haviam anexado a Península da Crimeia como parte de seu território (Estados Unidos, 2015).

Um dos fatores que influenciaram a ascensão do sucessor de Obama foram os processos internos dos Estados Unidos. Os motivos, como destaca Bandeira (2013), envolviam a crise econômica intensa que assolava o país ainda em sua gestão e a perda dos democratas nas eleições parlamentares em 2010. Isso fez com que a gestão do então presidente se defrontasse com uma forte oposição no congresso, fortalecida pela eleição de um grande núcleo evangélico e fundamentalista, caracterizado por um cristianismo sionista muito forte, ganhando influência dentro do Partido Republicano e se alinhando com a direita de Israel:

A direita cristã expressou-se politicamente com o surgimento do Tea Party Patriots (TPP), partido de características fascistas, fundado por Jenny Beth Martin, Mark Meckler e Amy Kremer, e tornou-se conhecido com Sarah Palin, candidata a vice-presidente com o senador republicano John McCain na campanha de 2008. Sarah Palin, uma senhora extremamente ignorante, cuja principal base política estava no



Alaska, era pentecostalista praticante, pertencia à seita evangélica Assembleia de Deus, em Wasilla (Alasca), “dominionista” e “reconstrucionista”, para a qual a sociedade americana deveria ser governada com base nos princípios da Bíblia. Tinha uma visão apocalíptica do fim dos tempos, iniciado com a guerra no Iraque, e cria estar próxima a volta de Cristo à Terra, em Israel (Bandeira, 2013, p. 216).

Dessa maneira, a origem do *Tea Party Patriots* estava vinculada a perda de influência e poder dos WASP (brancos, anglo-saxões, protestantes), justamente pelo crescimento de minorias étnicas, sobretudo Latino-Americanas, ainda na gestão Obama (Bandeira, 2013). O autor argumenta que apesar da eleição de Obama ter sido um golpe as elites brancas e a esses grupos, com um *colored* assumindo a presidência dos EUA, isso não mudou as bases da política exterior estadunidense. O apoio ao governo de liberais e moderados no congresso havia minguado, refletindo na escalada do financiamento de candidatos mais conservadores pelas parcelas mais ricas do país, que eram mais alinhados ideologicamente com estes candidatos, como destaca Bandeira (2013). Assim, a mudança da política externa dos EUA era impossível de ser realizada por Obama, afinal:

A mentalidade neoconservadora, adensada pela direita cristã fundamentalista e entrançada com os interesses do complexo industrial-militar, havia penetrado em todo o aparelho do Estado, a instância superior de comando e ordenação da sociedade, de acordo com os interesses políticos das classes economicamente dominantes e os fundamentos psicológicos e culturais de todas as camadas da população (Bandeira, 2013, p. 218).

Lima (2022) caracteriza o governo de Donald Trump como um regime de extrema direita, que ganhou força dentro dos EUA após os processos internos da gestão Obama, que por conta de uma série de contradições, acabou fortalecendo a derrocada dos Democratas (Bandeira, 2013). Com a falha em fornecer a liderança “intelectual e moral” do globo, os Estados Unidos se viam em um cenário de constante endividamento, enquanto a China se desenvolvia de maneira vertiginosa, ganhando espaço no Sistema Internacional e desenvolvendo projetos hegemônicos globais que prejudicariam os Estados Unidos (Payne e Silver, 2022).

Dessa maneira, após a ascensão de Donald Trump ao poder, a política externa dos Estados Unidos passou a ser mais agressiva, rejeitando o consenso do direito dos EUA de zelar e proteger o sistema internacional:

[...] ele não rejeitou o direito de usar a força, mas, sim, a noção de que os Estados Unidos tinham o dever de usá-la para proteger a ordem internacional – ou, ainda mesmo, que valia a pena que a ordem internacional fosse protegida. Trump pode ter abandonado o “internacionalismo nobre”, porém o substituiu não por comedimento, mas por “militarismo de intimidação”. Em suma, “Trump desnudou o poder



estadunidense, desfazendo-se de seu manto de piedade”. Em vez de apelar para “o direito e o dever” dos EUA de proteger a ordem internacional – e aceitar os custos decorrentes de tais deveres – Trump exigiu pagamento daqueles que foram abençoados ou amaldiçoados com a proteção dos EUA (Payne e Silver, 2022, p. 7).

Refletindo isso, o *National Security Strategy* de 2017, marcado pela influência da perspectiva “*America First*”, trouxe um maior enfoque em questões de segurança do território estadunidense, combate a ameaças de jihadistas extremistas e organizações criminosas internacionais, o desenvolvimento interno dos EUA e a expansão da influência do país no cenário geopolítico mundial (Estados Unidos, 2017).

As perspectivas relacionadas a seguranças interna dos EUA se estabeleceram a partir de projetos de enrijecimento das políticas de imigração e fiscalização das fronteiras, com o discurso de proteção da população de terroristas, cartéis de drogas e organizações criminosas, porém, as políticas de enrijecimento de imigração e de fiscalização da fronteira, apenas afetaram negativamente minorias étnicas como populações indígenas e imigrantes (Lima, 2022).

Já nas questões externas, o interesse do governo Trump se estabeleceu nas seguintes regiões: Indo-Pacífico; Europa; Oriente Médio; Asia Central e Sul; Hemisfério Ocidental; África. No Indo-Pacífico, os EUA estabelecem como principais preocupações a atuação da China e da Coreia do Norte, demarcando que ambos representavam perigo para a visão de um Indo-Pacífico livre, reiterando a importância da atuação na região, principalmente da cooperação entre seus parceiros regionais através da ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) e da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) (Estados Unidos, 2017).

O documento ainda reitera a presença militar na região, como uma forma de contrapor o projeto que o documento chama de *One China* (elencando a proteção de Taiwan como uma prioridade), assim como a possibilidade de resposta a possíveis ameaças da Coreia do Norte na região.

Já na Europa, a questão da atuação da Rússia no Leste Europeu, das crises migratórias e da presença da China na região, são considerados as maiores preocupações pela gestão Trump desse período (Estados Unidos, 2017). O documento reitera a importância da OTAN na parceria entre EUA e Europa, assim como destaca a possibilidade de combate a terroristas provenientes da África e do Oriente Médio. Reiterando novamente, a ajuda da Europa na luta contra terroristas Jihadistas no Afeganistão e na estabilização do Iraque.

No Oriente Médio, os desafios tratados pelo documento relacionados a região estão ligados as tensões entre os países ali presentes (principalmente considerando o desenvolvimento



do Irã e a possibilidade de obtenção de ogivas nucleares pelo país) e a presença de grupos terroristas atuantes, permanecem como um discurso presente no documento, elementos esses que também são repetidos nas áreas da Ásia Central e Sul, citando a atuação desses grupos a partir de territórios como o Paquistão, destacando também os conflitos desse país com a Índia, que são tratados como elementos Centrais para os interesses estadunidenses, por ambos serem potências nucleares (Estados Unidos, 2017).

Por fim, as perspectivas trazidas para a África, são de combate ao terrorismo presente na região e auxílio no desenvolvimento econômico e social. Já no Hemisfério Ocidental, como trata o documento, o foco estaria na atuação contra organizações criminosas presentes na região e em esforços para combater aquilo que o documento nomeia de “governos voltados para um modelo de anacronismo esquerdista e autoritário”, com a pretensão de isolar esses governos, assim como combater a presença da China e Rússia nessa porção do globo (Estados Unidos, 2017).

Apesar da derrota de Trump e a ascensão de Biden ao poder, reitera-se aqui a problemática de que a atuação dos EUA no sistema internacional possui um problema estrutural, que transcendem as gestões presidenciais (Payne e Silver, 2022). Ainda no governo, Biden, como destacam os autores, a retirada das forças estadunidenses do Afeganistão, apesar do apelo positivo, demonstrou a incapacidade dos EUA em garantir a proteção dos países no sistema internacional. Dessa maneira, mesmo o discurso da continuidade dos ataques através de armas de longo alcance, como mísseis e drones não foram bem recebidos, como reiteram os autores.

O foco da gestão Biden foi estabelecido através do combate a pandemia da Covid-19 que afetava o mundo inteiro, com perspectivas de desenvolvimento nacional e de uma atuação focada em um abrandamento das disputas comerciais entre China e EUA, mas, com uma intensificação, através da atuação com parceiros europeus, no conflito entre Rússia e Ucrânia, reiniciado em fevereiro de 2022 (Estados Unidos, 2022).

Dessa maneira, a transição entre a gestão Trump e Biden, demonstrou uma série de desafios geopolíticos intensos:

A chegada de Biden à presidência dos EUA, em 2021, no entanto, trouxe à tona desafios geopolíticos globais de grande envergadura e que o forçaram a mudar de forma rápida e substancialmente não apenas a política de pressão máxima, como também o relacionamento com o governo venezuelano. A guerra entre Rússia e Ucrânia, e os decorrentes desafios energéticos e estratégicos dela, a cada vez maior presença econômica e política da China na América Latina, e a recente aproximação entre Arábia Saudita e Irã, com mediação do governo de Pequim, impuseram aos EUA reavaliações sobre relacionamentos estratégicos em todo mundo, o que provocou mais



um movimento pendular em suas relações com o que considera sua área de influência direta, o continente americano, tendo a Venezuela como caso prioritário de um novo acercamento (Valente, 2024, p. 3).

Dessa forma, ouve um abrandamento no tom da política externa entre o governo Biden e o Governo Trump, com aposta em sanções econômicas para lidar com a Rússia na Europa, com um maior reforço da OTAN, estabelecendo uma relação menos conflituosa com a China, um maior crescimento de discursos sobre a preservação ambiental e a luta contra as mudanças climáticas. Temas como terrorismo e não proliferação de armas nucleares ainda estão presentes no documento, apesar do foco estar estabelecido na Europa (Estados Unidos, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos Estados Unidos sempre possuiu um teor intervencionista, com sua política de Segurança Nacional atrelada a atuação no cenário geopolítico de forma a garantir seus próprios interesses. Porém, a transição de uma ordem mundial bipolar para uma unipolar, demarca uma atuação estadunidense mais agressiva.

Após o 11 de Setembro, a gestão Bush aproveitou a justificativa da guerra ao terror para utilizar a força, como forma de garantir os seus interesses pelo globo, apostando em uma atuação embasada em uma unipolaridade mundial, mesmo com o enfraquecimento do seu *soft power* e com o endividamento causado pela guerra ao terror. Os problemas econômicos gerados na gestão Bush reverberaram ainda mais profundamente a partir de 2008, influenciando profundamente a atuação do governo Obama, que apesar de abrandar a atuação no sistema internacional, não conseguiu se desvencilhar das crises acumuladas da gestão Bush e nem se esquivar dos movimentos fundamentalistas internos do país, perdendo influência com o passar do tempo.

Como resultado dessa movimentação interna de fundamentalistas religiosos, a gestão Trump foi caracterizada por uma política agressiva, com a utilização da influência estadunidense para tentar estabelecer os EUA como grande potência hegemônica, se tornando uma gestão extremamente controversa, mas que reitera a natureza das elites estadunidenses representadas por grupos como WARP e *Tea Party Patriots*.

Mesmo com as tentativas de estabelecer um abrandamento das políticas externas, o governo Biden não teve sucesso em sua derrocada, os desafios deixados pelas gestões anteriores e os novos que surgiram como o caso da pandemia de COVID-19, limitaram a capacidade de atuação dos EUA, ao ponto de ao fim da gestão do presidente Biden, Trump ascender



novamente ao poder. Com uma política ainda mais agressiva no que tange as questões internas, como perseguição a imigrantes e minorias, ascensão de grupos de extrema direita e violações graves de perspectivas que aparecem com grande frequência até mesmo nos *National Security Strategy*, como democracia e liberdade de expressão.

Como já discutido anteriormente, os problemas relacionados aos Estados Unidos são estruturais, ao ponto de que os ciclos de abrandamento e de agressividade da política externa não são capazes de modificar. Dessa maneira, os EUA se tornam um país que busca a todo instante retomar sua posição de unipolaridade no período pós-Guerra Fria, gerando políticas externas intervencionistas, políticas de segurança nacional pautadas na manutenção da influência dos EUA no globo, que resultam por fim, no crescimento de tensões geopolíticas e crises internacionais graves.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. **Contexto Internacional**, v. 27, n. 2, p. 331-336, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1ª Edição: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRIGOLA, Higor Ferreira. **As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016): continuidade ou rupturas na política externa estadunidense?** Orientadora: Claudete de Castro Silva Vitte. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNICAMP, Campinas, 2020.

BRZEZINSKY, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. 1ª Edição. New York: Basic Books, 1997.

CABRITA, Leonardo Barbosa. A Guerra de quarta geração. **Revista Marítima Brasileira**, v. 139, n. 10/12, p. 192-203, 2019.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, set. 2002.



_____. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, mar. 2006.

_____. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, mai. 2010.

_____. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, fev. 2015.

_____. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, dez. 2017.

_____. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC, out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 2º Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st century: The rise of hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

JÚNIOR, Domício Proença. DUARTE, Erico E. Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, p. 135-152, 2003.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIMA, Melina Moreira Campos. O Direito Internacional sob governos de extrema direita: uma comparação entre as administrações de Donald Trump e Bolsonaro. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 43, n. 90, p. 1–28, 2022.

LIND, William S. NIGHTENGALE, Keith. SCHMITT, John F. SUTTON, Joseph W. WILSON, Gary I. The changing face of war: Into the fourth generation. **Marine corps gazette**, v. 85, n. 11, p. 22-26, 1989.

LUIZ, Felipe. Precisão sobre o conceito de filosofia da guerra. **Filogenese**. v. 7. nº2, 2014.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 386, 2002.

PAYNE, Corey R. SILVER, Beverly J. Dominação sem hegemonia e os limites do poder mundial dos Estados Unidos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-17.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**. 7º Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

PENIDO, Ana. STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém Regula a América: Guerras híbridas e as intervenções estadunidenses na América Latina**. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2021.



PIMENTEL, Luiz Paulo Gomes; NETO, Tomaz Espósito. O Estudo da Teoria da Guerra de Quarta Geração na Segunda Guerra do Golfo (2003). Coleção Meira Mattos-**Revista das Ciências Militares**, v. 8, n. 33, p. 175-183, 2015.

SPYKMAN, Nicholas John. **A Geografia da Paz**. Tradução: Filipe Gisueppe Dal Bo Ribeiro. 1º edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 2020.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VALENTE, Leonardo. Pragmatismo e Descrição: As relações entre EUA e Venezuela nos governos Biden e Maduro. **Lua Nova**, n. 121, p. 255-289.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 4º Edição. São Paulo: Contexto, 2007.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.